



II Seminário Internacional de Pesquisas em **Mediatização** e Processos Sociais

CONVERSAÇÃO POLÍTICA E INTERAÇÕES EM TEMPOS DE MEDIATIZAÇÃO: NOTAS SOBRE OS COMENTÁRIOS NO FACEBOOK SOBRE AS AÇÕES DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA¹

POLITICAL TALK AND INTERACTIONS IN MEDIATISATION TIMES: NOTES ABOUT FB COMMENTS' ON THE ACTIONS OF EVANGELICAL PARLIAMENT FRONT

Bruno Menezes Andrade Guimarães²

Ângela Cristina Salgueiro Marques³

Resumo: O artigo elabora reflexões sobre comentários feitos no Facebook acerca das ações da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) no que diz respeito aos trâmites de implementação do Estatuto da Família (PL 6583 de 2013). Para isso, em um primeiro momento, evocamos o conceito de mediatização para tratarmos da expansão de oportunidades de interação em espaços virtuais. Dentre as instituições mais expostas às dinâmicas de mediatização, o artigo se volta para as interseções entre política, religião e os modos de ativação de discursos e conversações no Facebook. O corpus de análise é composto por um conjunto de 2.187 comentários publicados na página oficial da revista *Época*. Para isso, o percurso metodológico traçado se inspira em referências sobre conversações online e dinâmicas de troca de argumentos, justificação recíproca e incivilidade quando se trata de buscar melhor compreensão ou resolução de problemas morais. A análise, por sua vez, está dividida em três eixos: a) o relacionamento entre os interlocutores através de marcadores identitários; b) a explicitação e justificação de premissas que sustentam as

¹ Os autores são gratos às contribuições e observações feitas pelo professor Wilson Gomes (UFBA) a uma primeira versão da reflexão aqui construída.

² Doutorando em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig). Email: brunomenezesag@gmail.com.

³ Professora Doutora do Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisadora associada ao Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça (Margem) do Departamento de Ciência Política (DCP) da UFMG. Email: angelasalgueiro@gmail.com.



II Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

considerações e argumentos trocados; e c) a negociação de parâmetros de justiça que contemplem interesses coletivos.

Palavras-chave: Midiatização; Religião; Política; Família; Facebook.

Abstract: The article elaborates reflexive notes on comments made on Facebook about the actions of the Evangelical Parliament Front (EPF) regarding the procedures of the Family Statute (PL 6583 of 2013) implementation. We firstly evoked the concept of mediatization in order to address the expansion of interaction opportunities in virtual spaces. Among the most exposed institutions to the dynamics of mediatization, the article turns to the intersections among politics, religion and the ways of activating speeches and conversations on Facebook. The corpus of analysis consists of a set of 2,187 comments published on the official website of *Época* magazine. The methodological path traced is inspired by references about online conversations and dynamics of argument exchange, reciprocal justification and incivility when what is at stake is a better understanding or resolution of moral problems. The analysis, in turn, is divided into three axes: a) the relationship between interlocutors through identity markers; b) the explanation and justification of premises that support the considerations and arguments exchanged; and c) the negotiation of justice parameters that contemplate collective interests.

Key-words: Mediatization; Religion; Policy; Family; Facebook.

1. Dos estudos sobre comunicação (mídia) e religião: midiatização, uma abordagem conceitual-metodológica

Os estudos sobre comunicação (mídia) e religião não são uma exclusividade do campo da Comunicação. Ao contrário, os primeiros estudos, datados do início da década de 1960, são oriundos de disciplinas como a Sociologia, Psicologia, Antropologia, Linguística e Ciência Política. É somente a partir dos anos 2000 que o número de estudos sobre mídia e religião cresce dentro da área de Comunicação, mas não sem deixar a dúvida “qual o olhar específico da Comunicação?”.

Cada área de estudos tem a sua contribuição com relação ao assunto. Martino (2016) divide a trajetória dos estudos em mídia e religião em três partes. A primeira delas corresponde à década de 1960, época em que a mídia era vista (ainda) de forma secundária nas pesquisas sobre religião, sobretudo no âmbito das Ciências Sociais. O segundo momento marca o começo das aproximações entre religião com a área da Comunicação, nos idos dos anos 1980, período no qual se privilegiou as formas de comunicação de líderes religiosos e igrejas com a sociedade de



II Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

modo geral. O terceiro momento reflete o próprio crescimento da pesquisa em Comunicação no Brasil.

A partir de 1990, vários temas são acrescentados na pauta dos pesquisadores, entre eles, a religião e sua relação com produtos midiáticos. Como ressaltado por Martino (2016), os primeiros trabalhos específicos sobre mídia e religião no Brasil, na década de 1980, eram, em sua maioria, voltados para os fenômenos dos televangelistas: padres e pastores de renome, responsáveis por conduzir missas e cultos televisionados com alcance em todo o território nacional. A questão interessava a sociólogos e antropólogos, pois dizia de um novo modo de viver a religiosidade na América Latina (o modelo de televangelismo é original dos Estados Unidos) e dos pesquisadores em Comunicação devido à intrínseca relação com a TV.

No conjunto das transformações sociais da década de 1980, outro fenômeno importante foi o surgimento das grandes igrejas neopentecostais.⁴ A marca dessas igrejas, desde a fundação, era o uso massivo dos meios de comunicação, sobretudo a TV, para a pregação da sua mensagem, na mesma época em que a Igreja Católica também revia seus modos de comunicação com os fiéis através de dispositivos midiáticos como a TV. Boa parte das pesquisas, então, estava preocupada em analisar o uso dos meios de comunicação pelas igrejas. Martino (2016) destaca que “a partir dos anos 1980 é possível notar que mídia e religião se tornam cada vez mais interdependentes” (MARTINO, 2016, p. 23).

O advento dos neopentecostais (junto aos pentecostais) trouxe o aumento da participação de religiosos cristãos na política e na vida pública. As articulações em partidos, as alianças em busca de votos e as candidaturas impulsionadas dentro dos templos são explícitas. Para Vital e Lopes (2013) o pertencimento a uma igreja (neo)pentecostal⁵ e o apoio de lideranças dessas igrejas contribui, muitas vezes, para o êxito de um candidato ou candidata, isso porque as igrejas (neo)pentecostais estão presentes em quase todos os locais: em conglomerados urbanos e rurais,

⁴ O movimento dos neopentecostais surgiu na metade da década de 1970, fundado por brasileiros, e se transformou em igrejas cristãs ativas na década de 1980. O pensamento de igrejas neopentecostais possui forte apego literal aos fundamentos bíblicos e, conforme descrito por Stott (1999), organiza-se em torno de um discurso que prega que a experiência difundida dentro dos templos deve ser levada para fora deles, isto é, que o discurso dogmático deve ser universalizado.

⁵ Termo utilizado para abarcar em uma mesma nomenclatura os pentecostais e os neopentecostais.



II Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

em bairros de luxo e em comunidades periféricas, na programação televisiva, radiofônica e na internet.

Nesse contexto, as pesquisas em religião e política são evidenciadas em disciplinas das áreas das Ciências Sociais, da Ciência Política e do Direito com mais força, uma vez que grande parte dos pesquisadores passou a se preocupar com a forte presença de religiosos no Congresso Nacional e na política de modo geral. As discussões em torno de democracia, laicidade do Estado brasileiro, secularização e ética dão a tônica da maioria das pesquisas e das publicações. “Trata-se de uma tentativa de compreender como [...] construiu-se no Brasil um estado nacional que se definiu como laico e que formou uma ideia particular de religião e de secularismo” (MONTERO, 2013, p. 20). O campo da comunicação acompanha esse viés com propostas de análise dos modos de utilização das mídias em campanhas eleitorais, das performances de candidatos, das formas de representação e autoconstrução da imagem de políticos etc.

O início dos anos 2000, de certo modo, marca uma mudança de rumo das pesquisas em Comunicação no Brasil com a consolidação da internet, das redes sociais digitais e de todo um arcabouço teórico próprio (e em construção) sobre o ciberespaço, ou ambientes digitais. Diante de uma sociedade que passa a se relacionar de uma forma diferente com a mídia – e aqui não podemos nos esquecer do uso de celulares, tablets, smartphones e afins – inicia-se uma série de pesquisas preocupadas em entender novas maneiras de manifestações de fenômenos religiosos mediados por dispositivos digitais, o que recebeu o nome de pesquisas sobre midiatização (ou mediatização). Uma vez que, entre as instituições mais expostas aos processos de midiatização se encontra a própria religião, objeto de estudo do presente artigo, vamos nos deter um pouco mais a algumas nuances do conceito e a formas como ele tem sido trabalhado nos âmbitos acadêmicos.

O conceito de midiatização não é estanque e passa por diferentes disputas em torno dos significados e de locais de apreensão do fenômeno. Stig Hjarvard (2012), importante pesquisador da área, teoriza os modos como a mídia atua como agente de mudanças sociais. Segundo o autor, as respostas são buscadas em uma nova condição social chamada, justamente, de "midiatização da cultura e da sociedade". A tarefa dos pesquisadores e pesquisadoras é o de tentar entender as



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

maneiras pelas quais as instituições sociais e os processos culturais mudaram (e mudam) de caráter, função e estrutura em resposta à presença da mídia. Então, o conceito de mediação de Hjarvard (2012) se aplica à uma dinâmica histórica em que a mídia alcança uma autonomia como instituição social e se interliga de modo crucial ao funcionamento de outras instituições. Dessa maneira, a mídia assume um processo dual, pois ao mesmo tempo que é parte do tecido da sociedade e da cultura, também é uma instituição independente que se interpõe a outras instituições culturais e sociais de modo a coordenar interações diversas (HJARVARD, 2012).

Com forte presença em pesquisas brasileiras, o conceito de mediação (também) é entendido de modo mais amplo como um processo de longo prazo segundo o qual as instituições sociais e culturais e os modos de interação entre sujeitos são alterados como consequência do crescimento da influência dos meios de comunicação. Braga (2006) usa o termo "mediação" para tratar das influências da mídia no seio da sociedade e analisa como o processo de interação entre mídia e instituições se torna cada vez mais um processo internacional de referência. A mídia, segundo Braga (2006), abandona um lugar referenciado para ocupar um lugar que referencia a vida dos sujeitos. Em outras palavras, a mídia deixa de ser dependente para tornar algo dependente a ela, mas sem deixar de apresentar lacunas e atravessamentos de sistemas variados, ou seja, sem se portar como instância hegemônica.

Por sua vez, Fausto Neto (2008) afirma que mediação não se trata de apenas reconhecer a centralidade dos meios de comunicação na tarefa de organização de processos interacionais, e diz que a constituição e o funcionamento da sociedade estão atravessados por pressupostos e lógicas do que se denominaria uma "cultura da mídia" (FAUSTO NETO, 2008). Nesse sentido, os meios de comunicação tenderão a chamar para si um papel de autorreferenciação de acontecimentos em um processo de criação de legitimação e inteligibilidade social. Esse processo é perpassado por forças distintas, ou seja, é interpretativo e polissêmico.

O conceito de mediação, tal como proposto aqui, não adota uma visão suprema de uma realidade mediada e, assim como os autores, trabalhamos com um conceito de mediação não midiocêntrico. Antes, porém, para nós mediação relaciona-se mais com a expansão de



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

oportunidades de interação em espaços virtuais, ou seja, trata-se de uma intervenção dos meios de comunicação na interação entre indivíduos e seus efeitos dentro de uma determinada instituição e na sociedade de modo geral (BRAGA, 2006; FAUSTO NETO; FERREIRA, BRAGA, GOMES, 2010; HJARVARD, 2012; MARTINO, 2012a; MARTINO, 2012b). Sobre a definição de mediação trabalhada em nossas análises, ressaltamos ainda que o mais importante é pensar que mais do que uma intervenção dos meios sobre as interações, algo de fora para dentro, os processos de mediação são capazes de reconfigurar a própria interação de dentro para fora, ao oferecer novas modalidades e possibilidades de trocas e de modelagem de cenas, situações e episódios interacionais nos quais a interpelação recíproca e a expressão individual e coletiva são estabelecidas.

No bojo das instituições mais expostas às dinâmicas de mediação, o artigo está voltado para as interseções entre política, religião e os modos de ativação de discursos em redes sociais digitais, sobretudo o Facebook. No campo da política, os anos 2000, em especial a segunda década, são tempos de alterações nos modos de participação do segmento cristão evangélico no Brasil. O crescimento do número de parlamentares ligados direta ou indiretamente a igrejas evangélicas de maioria pentecostal e neopentecostal não ocorreu sem o auxílio dos meios de comunicação e de uma dinâmica intensa de conquista de espaço, de fiéis e, claro, de votos, por meio da mídia (CUNHA, 2017). Todo esse processo de ativismo político evangélico na mídia coincide com o período de fortalecimento de uma bancada evangélica entre os anos de 2002 e 2004 e a posterior criação da Frente Parlamentar Evangélica em 2003 com uma intensa atuação e apoio de grupos conservadores, tema que será visto a seguir.

Em tempos de mediação, com uma forte influência (mútua) entre mídia e instituições, entre elas a instituição religiosa, as novas mídias, como o Facebook, são transformadas em espaços de debate e exposição de opiniões acerca das ações da própria instituição religiosa na política, cenário para o qual vamos direcionar nossos olhares na seção de análise. Antes, contudo, passamos a discutir a relação estabelecida entre políticos evangélicos no Brasil e o projeto de lei do Estatuto da Família.



II Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

2. Religião, política e o caso do Estatuto da Família (PL 6583)

O Brasil é um país constitucionalmente laico. Em tese, isso deveria apartar os interesses religiosos, de quaisquer credos, da política. Porém, a construção da laicidade brasileira se deu em meio a embates, conflitos, barganhas e ambiguidades para as delimitações dos direitos e da influência da Igreja na vida pública. Dessa maneira, a partir do início do regime republicano, a Igreja de modo legal “perdeu seus poderes civis, mas o catolicismo permaneceu como matéria prima da construção da nacionalidade, disputando com o positivismo [...], mas reinando, quase absoluto, no coração das classes populares”. Em outras palavras, a religião cristã manteve (e mantém) uma referência bíblico-fundamentada para construir partes de um imaginário nacional e conferir fundamentos éticos e morais para a constituição da vida pública e um país que, desde a declaração de sua laicidade, nunca foi "suficientemente forte para produzir uma doutrina política que tomasse como ilegítima a atuação política da Igreja e suas manifestações no espaço público" (MONTERO, 2013, p. 22-23).

É certo que grande parte do mundo deixou de ser prioritariamente religioso, no sentido da forte presença do cristianismo em épocas medievais. Todavia, e em se tratando de Brasil, as ações como as da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) e da bancada evangélica como um todo na política institucional brasileira e na mídia de forma geral nos faz constatar que a religião continua a ocupar o espaço público, agenciar crenças, produzir valores e a reivindicar um lugar na elaboração de propostas políticas (DUARTE, 2012). Ao que nos parece, de acordo com pesquisas de autores e autoras da área, toda a empreitada de parlamentares evangélicos está fundada na “defesa da família tradicional” (CUNHA, 2017), núcleo formado pela união heterossexual de um homem, uma mulher e seus descendentes.

As Frentes Parlamentares (FPs) são as uniões de representantes dos poderes legislativos em torno de temas específicos. No âmbito federal, o princípio de formação das FPs se deu em ocasião da Assembleia Nacional Constituinte que redigiu a Constituição de 1988. Mesmo que de modo informal, um grupo de deputados ligados a questões rurais se uniu, à época, com o objetivo de redigir algumas partes da Constituição e, articulados, fazer frente a posições contrárias às da agroindústria. Em 1997, a Câmara dos Deputados já possuía doze desses grupos.



II Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

Frente Parlamentar Evangélica (FPE) é o nome dado ao conjunto de políticos vinculados assumidamente a uma denominação religiosa cristã com atuação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Nas últimas eleições foram eleitos 199 deputados e cinco senadores adeptos à Frente que hoje é a segunda maior do país. De acordo com Vital e Lopes (2013), “não é um fenômeno novo a participação do campo religioso na política, mas certamente a visibilidade e influência junto aos governantes tornaram esses atores relevantes para análises hoje” (VITAL, LOPES, 2013, p. 9).

Das ações de membros da FPE, voltamo-nos para o Projeto de Lei (PL) 6583 de 2013 que “dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências”. O projeto foi criado pelo deputado federal Anderson Ferreira (PR, PE), membro da FPE, na tentativa de criar regras (leis) mais claras para reger sobre os direitos da família brasileira e as diretrizes das políticas públicas voltadas para valorização da entidade familiar.⁶ Importante ressaltar que a Constituição Federal (CF) de 1988 já possui uma definição do que é uma família. De acordo com o Cap. VII, Art. 226 da CF, “§ 3º é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento” e “§ 4º entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”.

Em 2011, com vistas nas uniões homoafetivas, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu que um casal composto por pessoas do mesmo sexo também pode se unir juridicamente e obter os mesmos direitos de um casal heterossexual.⁷ A função dos ministros do STF é a de interpretar temas difíceis da lei. A função dos deputados federais é propor leis que, se aprovadas, vão questionar as próprias ações do STF em uma “briga” política.

O projeto de lei que disserta sobre o que é ou deve ser uma família no Brasil surge para criar uma série de regras jurídicas capazes de dar a - ou retirar de - relações afetivas o nome “família”. O trecho definidor do conceito não é muito diferente do texto da CF, mas, ao passo que se lê “define-se entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre um

⁶ Trecho presente no Art. 1º do Estatuto da Família.

⁷ A ação dos ministros do STF foi a de dar interpretação, conforme o texto da CF, para excluir qualquer significado do artigo 1.723 do Código Civil que impeça o reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar.



II Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”⁸, o Estatuto mostra-se disposto a minar direitos já conquistados por LGBTQs, além de prever uma série de atos de valorização de famílias heteronormativas.

A versão final do texto do Estatuto da Família foi aprovada no dia 24 de setembro de 2015. Na ocasião, uma série de portais de notícias deu destaque para o assunto, cada um ao seu modo. Para o presente artigo, interessa a influência dos processos de midiatização nesse meio, isto é, a ideia de que as ações de parlamentares ligados a FPE em torno do tema da família são repercutidas por meios de comunicação, apropriadas por diferentes públicos, sobretudo em redes digitais, e capazes de ativar uma série de discursos na forma de comentários (re)configuradores de relações e com impactos no campo da política e no da religião. Nesse sentido, temas em discussão na Câmara dos Deputados também são discutidos em ambientes informais de modo que a política passe por um processo de midiatização que consiste em obter no debate público em ambientes online uma apropriação de suas pautas, condutas e valores em grande escala, o que veremos a seguir.

3. Notas sobre os comentários no Facebook sobre as ações da Frente Parlamentar Evangélica (FPE)

Essa seção, de caráter empírico-analítica, tem como objetivo tecer algumas notas sobre comentários de Facebook em uma página pública acerca do discurso e das ações da FPE com relação ao processo de votação do Estatuto da Família. Certa feita, em palestra proferida na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)⁹, o professor Luís Mauro Sá Martino disse que a internet não pode ser considerada como o novo "marco zero" da história, ou seja, não nos cabe dizer que existe uma humanidade antes da internet e depois do seu advento, tampouco nos cabe dizer que a internet, sobretudo a web 2.0, é responsável por mudar o caráter das pessoas. Em outras palavras, as pessoas em conexão na web são as mesmas existentes antes do seu

⁸ Art. 2º do Estatuto da Família.

⁹ Palestra proferida no VIII Encontro dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação de Minas Gerais (Ecomig) de 2015.



II Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

surgimento (claro, não nos referimos aqui a gerações já nascidas dentro do contexto digital, o que não vem ao caso).

Também, outra frase que nos chama atenção e nos impulsiona para a escrita desta seção é a fala de Umberto Eco proferida durante uma cerimônia de premiação em Turim, norte da Itália: “As mídias sociais deram o direito à fala a legiões de imbecis que, anteriormente, falavam só no bar, depois de uma taça de vinho, sem causar dano à coletividade. [...] O drama da internet é que ela promoveu o idiota da aldeia a portador da verdade”¹⁰. Então, é preciso ter cuidado ao trabalharmos com mídias digitais para não cairmos no argumento determinista e apocalíptico de que a internet é um “ser estranho” que “invadiu” nossas casas e vidas e mudou nossos modos de pensar, falar e agir. A abordagem, ao contrário, não pode tirar o protagonismo dos sujeitos que estão por detrás de telas e são responsáveis por cada clique que dá corpo a espaços digitais como os de comentários que serão analisados.

Feito esse preâmbulo, a partir de postagens na maior rede social digital em uso no Brasil, o Facebook, a proposta do artigo é direcionar a atenção para os comentários de pessoas convocadas pelo assunto “Estatuto da Família”, isto é, olhar para as repercussões, os embates e dinâmicas argumentativas em torno da atuação da FPE. O objetivo é analisar como os proferimentos e postagens de atores políticos ligados à FPE acerca de questões morais (como a constituição da estrutura familiar, ou seja, um problema de interesse coletivo) interpelam diferentes agentes sociais e diferentes modos de ação, cada um com significados distintos, seja na configuração de debates, em disputas, antagonismos e negociações, seja na expressão de uma opinião, a qual damos o nome de “comentário” sem uma interlocução explícita.

A configuração midiática e discursiva dessas cenas polêmicas no entrelaçamento da política com a religião será evidenciada a partir do pressuposto de que o processo de elaboração de comentários no Facebook é formado pela interconexão entre diferentes contextos comunicativos, os quais reúnem diferentes atores e seus modos de comunicação específicos; de que a conversação política e sobre política é uma atividade que envolve o enfrentamento público dos argumentos morais resultantes desses múltiplos contextos, ideologias e quadros de sentido.

¹⁰ Disponível em: <goo.gl/o2kjih>. Acesso em 30 de maio de 2018.



II Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

Sob esse aspecto, Schimitt-Beck e Lup (2013) ressaltam o quanto a discussão política online é ativada e alimentada por notícias e informações que circulam em veículos jornalísticos de ampla circulação e acesso. No caso de nosso trabalho, ao escolhermos comentários produzidos em relação a um texto jornalístico, consideramos sua potencial influência sobre a determinação dos enquadramentos a serem utilizados na condução do debate (lembrando que o enquadramento midiático, através da seleção e saliência de termos e eventos, influencia sobre o modo “como” uma questão será tratada), mas também o fato de que esse texto pode ser definido como discurso de elite, uma vez as falas aí presentes são uma amostragem que geralmente inclui somente especialistas, agentes políticos, porta-vozes e representantes de setores sociais (advocacy). Ainda assim, as escolhas e a construção de enunciados dos interlocutores em uma conversação política são potencializadas ou constringidas pelos enquadramentos ofertados pelos veículos midiáticos e por vários outros discursos com os quais os interlocutores tomam contato e que, no atrito dissonante, podem criar fissuras no processo de naturalização de visões de elites específicas via discurso jornalístico.

Como forma de delimitar o conjunto de comentários que nos oferecerão subsídios para tecermos algumas notas sobre essa dinâmica online, vamos até a postagem do veículo de comunicação com mais curtidas e comentários no Facebook no dia em que a comissão aprovou de fato o texto do Estatuto da Família. Logo, o artigo analisa 2.187 comentários publicados na página oficial da revista Época intitulada "Câmara aprova Estatuto da Família sem considerar relações homossexuais" (Figura 1).



Figura 1: Postagem na página oficial da Revista Época no Facebook.

Fonte: <https://goo.gl/pe5ZkZ>



II Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

A fim de atingir nossos objetivos, evocamos as inspirações metodológicas de análise de conversações online propostas por Tamara Witschge (WITSCHGE, 2008, 2011), bem como pesquisas de demais autores e autoras que têm se dedicado a observar como dinâmica de troca de argumentos e justificação recíproca contribui para melhor compreensão e/ou resolução de problemas morais (ALTHEMAN, MARTINO, MARQUES 2016; OLIVEIRA, SARMENTO, MENDONÇA, 2014; MENDONÇA, AMARAL, 2016), evocando também insights e resultados de pesquisas de autores e autoras empenhados em pensar as características e o que está em jogo em interações em ambientes online da web 2.0 (PRIMO, 2013; RECUERO, 2014; DI FELICE, 2017; MARQUES, MARTINO, 2017).

De acordo com essa ótica, as redes sociais digitais são capazes de abrigar uma dinâmica de trocas conversacionais online que congrega pessoas em atuações distintas a partir de diferentes espaços e temporalidades. Entendemos como uma troca conversacional aqueles comentários seguidos de réplicas e tréplicas sem um limite pré-determinado. Segundo Mutz e Mondak (2006), as conversações políticas podem ser alimentadas por simples pistas indicando a simpatia ou antipatia em relação a um ator político ou instituição, ou por argumentos mais elaborados acerca de normas, leis e políticas públicas ligadas à justiça social. Seu conteúdo é geralmente multidimensional, envolvendo não só trocas de proferimentos verbais, mas também uma comunicação não verbal, metafórica e codificada (como os memes, por exemplo) que têm influência sobre como mensagens explícitas ganham sentido, entrelaçando afetos, ideologias e normatividades. Conversações políticas são sociáveis, informais, fluidas, mas podem se transformar em discussões políticas mais estruturadas e orientadas para objetivos específicos, como é o caso do Estatuto da Família que, ao envolver votações e debates formais, entrelaçam dimensões cotidianas e institucionais na configuração de um sistema deliberativo¹¹ mais amplo.

No geral, essas trocas estão situadas nos primeiros comentários disponíveis e visíveis na página do Facebook. Dos 2.187 comentários analisados, 576 são pertencentes a trocas

¹¹ Entendemos que a deliberação difere da conversação e da discussão política – embora possa abrangê-las quando considerada em uma perspectiva sistêmica – por exigir alta racionalidade (uso da linguagem para o entendimento recíproco), obediência de regras procedimentais rigorosas (ética do discurso) que requerem dos participantes a observação cuidadosa e detalhada de um problema a fim de chegar à melhor e mais justa solução possível (MARQUES; MARTINO, 2017).



II Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

conversacionais disparadas por um comentário específico, ou seja, a conversação direta representa cerca de 26.4%.

Contudo, a interface entre política e religião é capaz de ativar discursos (comentários) em redes digitais online que não necessariamente estão no bojo das conversações diretas, uma vez que os interlocutores de tais comentários não são explícitos e as respostas a esses comentários não são apreensíveis materialmente. A esses comentários damos o nome de conversação indireta, porque por mais que não haja interlocutor e trocas aparentes, cada comentário deixado em uma página motivado por determinado assunto (tema) "conversa" com um universo de sentidos e com uma gama de sujeitos usuários da rede. Para os nossos anseios de tecer notas sobre os comentários de Facebook, as postagens classificadas como conversação indireta não são um problema, ao contrário, têm o poder de revelar ainda mais a riqueza dos espaços de comentários no Facebook a partir do momento em que nesses comentários também podemos ver e apreender performances e performatividades diversas, disputas por imagem, tentativas de controle e constrangimento da expressão alheia, uma tensão entre busca pela definição das situações de troca e a presença da incivilidade, do ódio (hate speech) e tentativas de redução do outro ao mesmo (injúrias à diferença).

As conversações diretas são carregadas de conflitos, dissensos, formas de auto-expressão e expressão coletiva que nos ajudam a entender os caminhos argumentativos construídos nas trocas, além de identificar crenças, valores e enquadramentos a partir dos quais os usuários expõem e negociam sentidos. Procuramos construir nossa análise a partir de três eixos capazes de identificar os conflitos, os pontos de dissenso entre sujeitos, os argumentos (ou a falta deles) e a forma como tudo isso reverbera na política e na religião: a) o relacionamento entre os interlocutores através de marcadores identitários; b) a explicitação e justificação de premissas que sustentam as considerações e argumentos trocados; e c) a negociação de parâmetros de justiça que contemplem interesses coletivos.

Sobre os marcadores identitários, percebemos a necessidade de alguns sujeitos e grupos de assumir uma posição enquanto tal(is) para se identificar com elas e marcar uma nítida diferença entre "nós" e "eles". Existe uma direita conservadora ativa online que faz coro e



II Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

reverbera a fala de deputados e deputadas membros da bancada evangélica e parte da comissão especial eleita para votar o texto do Estatuto da Família que, ao postar seu comentário, reivindica uma essência pura, imutável e heteronormativa do conceito de família e, desse modo, elenca quem pertence e quem não pertence a esse grupo identitário. Essas reivindicações estão baseadas em uma usurpação do nome de Deus, tido aqui como uma entidade sobrenatural privatizada a determinadas interpretações do credo cristão. Logo, o aspecto fundamentalista é o que dá corpo a conversações diretas e indiretas cujos marcadores identitários relega aos LGBTQs o título de apartados da possibilidade de constituir uma família. Vejamos:

Cida Coimbra Desde a criação do mundo,o conceito de família criado por Deus foi entre um homem e uma mulher.Portanto,não há o que discutir!!

Like · Reply · 2y



↳ 24 Replies

Leonardo Brogliato Evolução ja foi provada , não quero que o seu livro mitológico seja lei .

Like · Reply · 2y



Wallace Archanjo Acho perfeito.
O conceito família vem da bíblia e a mesma condena as relações homossexuais.

Like · Reply · 2y



Figura 2: Exemplos de comentários cujo fundamentalismo religioso cristão se faz presente.

Fonte: <https://goo.gl/pe5ZkZ>

O termo “fundamentalismo” designa uma série de atitudes de cunho conservador e integrista e enfatiza obediência rigorosa e literal ao conjunto de princípios bíblicos (ARMSTRONG, 2011). Künzli (1995) acredita que uma pessoa fundamentalista sente-se como se estivesse em uma balsa des governada, arrastada por uma correnteza agitada denominada “modernidade”, prestes a naufragar. Há, porém, uma forma de a balsa continuar estável no curso do rio: a preservação universal e literal de uma identidade religiosa cristã, pois somente os



II Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

fundamentos identitários são capazes de controlar a agitação da água, que um dia se agitou justamente porque a essência dessa identidade não foi mantida. Logo, temos que as explicitações e justificativas de premissas que sustentam as considerações e os argumentos trocados são, em grande maioria, permeadas por preceitos fundamentalista e anti-fundamentalistas.

Para Stott (1999), uma pessoa fundamentalista (1) não acredita em quaisquer conhecimentos de disciplinas científicas; (2) é liberalista em excesso; (3) crê que o cânone bíblico foi ditado por Deus; (4) acredita que o texto bíblico pode ser aplicado diretamente para ele, como se tivesse sido escrito para si próprio; (5) tende a ser desconfiado com o movimento ecumênico e, mais do que isso, apresenta características de rejeição acrítica a feroz a outros credos religiosos; (6) por esse motivo, talvez, tende a dotar uma ortodoxia separatista, ou seja, afasta-se de quaisquer grupos e pensamentos discordantes de seus pontos de vistas dogmáticos; (7) apresenta rejeição ao “mundo”, caracterizado como todas e quaisquer posições contrárias de sua doutrina; (8) tende a defender a segregação racial; (9) entende que a missão da Igreja é, sobretudo, pregar o evangelho e (10) é literal com relação a profecias bíblicas e tende a criar dogmas sobre o futuro a partir dessa literalidade (STOTT, 1999, p. 19-21).

É possível perceber, de modo geral como os pontos de vista são redefinidos em argumentos capazes de direcionar a performatividade dos discursos e os agenciamentos dos interlocutores que simpatizam com a FPE. O fundamentalismo, como ideologia condutora das interpelações, pode tanto regular comportamentos, racionalidades e fluxos de poder, quanto atuar na naturalização de preceitos morais que regulam a concepção de família em nosso país. Quando regulam hierarquicamente os comportamentos, estabelecem formas de controle que tendem a aprisionar as ações dos sujeitos em cadeias de causas e consequências, confinando as identidades a atribuições de papéis restritos, reafirmando pertencimentos forçados e trajetórias pré-modeladas de experiências. Vejamos o conjunto de comentários selecionados abaixo a fim de compreendermos as explicitações e justificativas de premissas a partir dessa chave de leitura:



II Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

Guilherme Neves Um relevante incentivo, pela saudável e imensurável retomada do reequilíbrio, retomada na busca e na valorização da Família. Alicerce para adequada formação humana. Deus seja sempre louvado!

Like · Reply · 2y



↳ 9 Replies

Valdemires Val Este povo precisa eh de Deus e não de leis, para tentar mudar o que foi criado por Deus, família foi e sempre será homem, mulher e filhos, queiram ou não pois tem o livre arbítrio. O ser humano muda mais o criador não ele continua o mesmo e requer de seus filhos obediência santidade e abstenção de todas as práticas pecaminosas, e isso é possível para todos os seres humanos, porque Jesus morreu justamente para que todos os que nele crer sejam salvos.... Devemos nos amar como seres únicos para Deus chega de proliferar o ódio isso não agrada a Deus.

Like · Reply · 2y



↳ 9 Replies

Figura 3: Confinamentos de identidades e aprisionamentos de papéis restritos em forma de comentários.

Fonte: <https://goo.gl/pe5ZkZ>

Desse modo, em um espaço de disputas por sentidos acerca do que pode ser chamado de família, o marcador identitário heteronormativo pautado por uma interpretação fundamentalista do cânone religioso cristão é uma estratégia discursiva para marcar a diferença e diferenciar o sagrado do profano. As relações que a FPE estabelece com os públicos criados pela discussão acerca do Estatuto da Família podem definir possibilidades de repetição de padrões e quadros de sentido moralizantes em uma dinâmica mais antagônica do que agonística. Os argumentos aqui se aproximam da “pregação” monocórdica, evidenciando que não podemos nos deter apenas nos conteúdos das falas, mas devemos considerar a performatividade e as relações enunciativas construídas entre os interagentes (Freelon, 2015). Não podemos nos esquecer que, em nosso recorte analítico, os participantes interagem com conteúdos e sujeitos que sustentam opiniões muito diversas, contribuindo para a emergência de polarizações, insultos e ultraje.

A busca por uma "essência" nas abordagens do conceito de família, ou de uma flexibilização dessa essência, se torna o motor que impulsiona as discussões. O que se apreende ao longo das análises dos comentários é um entendimento de que, para muitos, adotar a



II Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

diversidade significa adotar o estilo de vida do outro, ou seja, ser ameaçado por esse outro. Para que isso não aconteça, a abertura para o diálogo e para as trocas são interrompidas a todos os momentos e a quaisquer custos, tudo isso facilitado, sobretudo, pela própria arquitetura das redes digitais (Freelon, 2015), entre elas o Facebook.

Como destacam Sarmiento e Mendonça (2016), nas conversações online, respeito, racionalidade e reflexividade competem com comportamentos políticos muito frequentes que visam colaborar com aqueles que pensam da mesma forma (like-minded others) de modo a defender objetivos ideológicos específicos e estabelecer fronteiras com os outsiders. Esse tipo de ação política não pode ser considerado como inferior à justificação recíproca equilibrada visando entendimento. Pelo contrário, ele prevalece muitas vezes sobre a ação comunicativa e os quadros normativos guiados pelo exercício ético de empatia estipulado pelo “colocar-se no lugar do outro” (ideal role taking). Ainda, ao lado desse fortalecimento da perspectiva de grupo (identificação e pertencimento), a conversação serve muitas vezes como plataforma de projeção da auto-expressão, desconsiderando a civilidade e a responsividade. Esses autores destacam também como a religião e os enquadramentos argumentativos de cunho religioso podem estar relacionados à expressão do desrespeito online:

É preciso deixar claro que indivíduos que possuem uma religião são mais desrespeitosos, mas o que argumentamos é que o enquadramento religioso apresenta dificuldades em garantir um debate respeitoso acerca de uma questão moral ampla. Quando os participantes usam, por exemplo, o enquadramento dos direitos, eles parecem discordar de uma forma mais polida e cívica. Isso sugere que o enquadramento religioso alimenta uma polarização entre duas comunidades e não oferece, como no caso do direito, uma ponte para o debate reflexivo e democrático (SARMENTO, MENDONÇA, 2016, p.725).

Ademais, há negociações dos parâmetros de justiça em jogo nas discussões e nos comentários em questão. A chave de leitura do fundamentalismo religioso que roga para si uma interpretação literal e heteronormativa do conceito de família é colocada em questão quando temas como os direitos humanos, a laicidade do Estado e o amor irrestrito (amor ao próximo) pregado pelo credo cristão são postos em evidência. A apropriação das ações dos políticos



II Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

também ativam discursos com o objetivo de reconfigurar as relações e de redefinir posicionamentos. Uma redefinição está ligada à outra:

Any Ferraz Deixem os homos em paz, gente. (Pelamoor!) E ME RESPONDAM: Pais solteiros. Mães solteiras. Filhos "de Vó", de tios... As crianças abandonadas/ adotadas. E outras configurações de família. E aí? Como faz? Como os direitos jurídicos, civis, sociais e sei lá mais qual, dessas pessoas ficam? Sério, me respondam, quero muito entender essa lógica.

Like · Reply · 2y · Edited

145

56 Replies

Letícia Freitas Se o País é laico, não deveria ser irrelevante o que estar escrito na bíblia? certo que os deputados são representantes do povo, e a maioria dos brasileiros são cristãos. Pois, se o Brasil é um país laico, não deveria ser aceito todas as formas de família já que no Brasil existem todas as formas delas?

Like · Reply · 2y

3

Mathias Bnu Tem que ser muito amargurado para tentar definir como deve ser a família alheia... E para os que tentam justificar com religião... Deus pregou o amor acima de tudo, sem julgamentos, já os "humanos"...

Like · Reply · 2y

12

Figura 4: Comentários reconfiguradores de relações e redefinidores de posicionamentos.

Fonte: <https://goo.gl/pe5ZkZ>

É preciso ter claro que os discursos são lâminas que cortam para os dois lados: são instrumentos de poder e controle, mas são também ações discursivas com potência para constranger e para questionar. Assim, discurso pode tanto significar uma ordem hierárquica (uma posição cristalizada e autorizada de domínio), mas também a agência enunciativa dos atores envolvidos nas conversações. O espaço de comentários no Facebook, portanto, funciona como um local de exclusão e de marcação da diferença em grande parte do tempo, mas, também, como um local de resistência a fim de não aceitar as mudanças propostas pela união de religião e política tal como feita no caso do Estatuto da Família. As conversações deixam marcas,



II Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

exprimem e reprimem identidades, desejos, revoltas, um dar a ver de corpos virtuais, não menos reais, potentes e vocais.

Considerações finais

As reflexões aqui construídas apontam que devemos considerar, nas conversações políticas online, tanto o conteúdo dos proferimentos oferecidos nas trocas, quanto as vinculações ideológicas e morais que se estabelecem entre os interlocutores. As interações observadas abrangem uma multiplicidade de modos de interpelação, desde a busca equilibrada pelo entendimento recíproco, até a defesa solitária de pontos de vista de ódio (sem escuta ou consideração paritária), passando pela celebração entre aqueles que se reconhecem como “grupo seletivo” e portador da verdade acerca de um dado problema coletivo. É aqui que, a nosso ver, se expressa um dos dilemas importantes relacionados à discussão do Estatuto da Família conduzido pela FPE: de um lado, os insultos e injúrias são vistos como ameaça à reciprocidade e à civilidade do processo discursivo conduzido por regras e parâmetros éticos. De outro, os comentários que aparecem na mídia coexistem (por vezes na mesma mensagem) com ataques pessoais.

Não raro, insultos podem exercer uma influência muito mais forte sobre as conversações, pois o viés negativo e depreciativo das falas tende a incitar uma tomada de posição associada à defesa da “identidade projetada” dos falantes, ou seja, sua reputação. Não podemos nos esquecer que estamos lidando com uma questão moral que foi majoritariamente enquadrada e pautada pela FPE e seus preceitos, o que torna ainda mais difícil avançar e impor outro quadro de sentidos que possam conduzir as trocas comunicativas online. Ao lado dessa questão, encontra-se outra de igual importância: muitas dessas trocas são marcadas por pressões sociais que tendem à conformidade e à uma forma de controle governamental e moral que entrelaça racionalidades e afetividades em uma mistura que nem sempre auxilia em posturas tolerantes ou abertas ao reconhecimento. Jogos de poder e imposições de supostas “verdades” se misturam nas conversações online criando uma performatividade ideológica nem sempre atenta às diferenças, suas especificidades, demandas e vulnerabilidades.



II Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

Sob uma perspectiva mais otimista, Sarmiento e Mendonça (2016) afirmam que mesmo o desrespeito a incivildade presentes em conversações polarizadas configuram um tipo de reciprocidade que, ainda que não privilegie uma escuta cuidadosa e profunda, nos oferece pistas morais valiosas acerca de como um grupo se auto-valoriza ao depreciar outros, o que descortina enquadramentos geralmente não tematizados e implícitos de julgamento, fundados sobre uma economia moral (FASSIN, 2015) que é o cerne do debate, de suas lógicas, racionalidades e afetos. Assim, o desrespeito, ao emergir nas trocas, nos proporciona uma oportunidade singular de estudar a produção, circulação e apropriação de valores e afetos acerca de uma questão. A incivildade caracteriza um momento histórico particular e um mundo social específico no qual a questão da família (e sua governamentalidade pelas forças do Estado) é construída através de julgamentos e sentimentos que definem gradualmente um tipo de senso comum e um entendimento coletivo sobre o problema.

A análise de conversações polarizadas pode nos auxiliar, portanto, a perceber como o funcionamento das formas de implementação de normas e leis está sujeito à ação dos atores institucionais, políticos e cívicos sob múltiplas influências, hábitos que desenvolvem, iniciativas que tomam e respostas dos públicos aos quais se dirigem. Interlocutores agem com base em valores e afetos, preocupação ou indiferença, empatia ou indignação, produzindo uma economia moral que conduz os julgamentos e avaliações éticas ligadas aos processos de implementação de leis e de justiça social. Nesse âmbito, as conversações online mostram que a incivildade pode tanto minar possibilidades de articulações democráticas, quanto revelar formas ocultas de apreciação e depreciação de modos de vida e existências.

Referências

ALTHEMAN, F.; MARTINO, L. M. S; MARQUES, A. Conversações políticas no Youtube e suas contribuições para o processo deliberativo acerca do Projeto de Lei do Ato Médico. In:



II Seminário Internacional de Pesquisas em **Mediatização** e Processos Sociais

MENDONÇA, R. F.; SAMPAIO, R.; BARROS, S. (Org.). **Deliberação Online no Brasil**. Salvador: Edufba, 2016, p. 272-299.

BRAGA, J. L. Mediatização como processo interacional de referência. In: MÉDOLA, A. S.; ARAUJO, D. C. e BRUNO, F. **Imagem, visibilidade e cultura midiática**. Porto Alegre: Sulina, 2007, pp.141-168.

CUNHA, M. N. **Do púlpito às mídias sociais: evangélicos na política e ativismo digital**. Curitiba: Prismas, 2017.

DUARTE, T. dos S. D. A participação da Frente Parlamentar Evangélica no legislativo brasileiro: ação política e (in)vocação religiosa. **Ciências Sociais e Religião**. Ano 14, n. 17. 2012.

FASSIN, Didier. **At the Heart of the State: the moral world of institutions**. Pluto Press, 2015.

FAUSTO NETO, A.; FERREIRA, J.; BRAGA, J. L.; GOMES, P. G. **Mediatização e Processos Sociais: aspectos metodológicos**. Santa Cruz do Sul: Ed. Unisc, 2010.

FERREIRA, J. Mediatização: dispositivos, processos sociais e de comunicação. **Revista E-Compós**, n. 5, abril, 2010.

FREELON, D. Discourse architecture, ideology, and democratic norms in online political discussion. *New media & society*, v.17, n.5, 2015, p.772-791.

HJARVARD, S. Mediatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **MATRIZES**, São Paulo, ano 5, n. 2, p. 53-91, 2012.

MARQUES, A.; MARTINO, L. M. S. A politização das conversas cotidianas e suas relações com processos deliberativos. **E-compós**, Brasília, v.20, n.1, jan./abr. 2017.

MARTINO, L. M. S. A religião mediatizada nas fronteiras entre o público e o privado. **Ciberlegenda 26**, pp. 13-26, 2012a.

_____. Mediação e mediatização da religião em suas articulações teóricas e práticas: um levantamento de hipóteses e problemáticas. In: MATTOS, M. A.; JANOTTI JUNIOR, J.; JACKS, N. **Mediação e mediatização**. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2012b.

MENDONÇA, R. F.; AMARAL, E. F. L. Racionalidade online: provimento de razões em discursos virtuais. **Opinião Pública**, v. 22, p. 418-445, 2016.



II Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

MUTZ, D.; MONDAK, J. The Workplace as a context for crosscutting political discourse. **Journal of Politics**, v.68, 2006, p.140-155.

OLIVEIRA, W. M.; SARMENTO, R.; MENDONÇA, R. F. Deliberação no YouTube? Debates em torno da questão LGBT. **Revista Compolítica**, nº 4, vol. 1, p. 53-80, 2014.

PANOTTO, N. **Religiones, política y Estado laico**: nuevos acercamientos para el contexto latino-americano. Buenos Aires: Redlad, 2017.

SARMENTO, R.; MENDONÇA, R. F. Disrespect in online deliberation: inducing factors and democratic potentials. **Revista de Ciência Política**, v.36, n.2, 2016, p.705-729.

SCHMITT-BECK, R.; LUP, O. Seeking the soul of democracy: a review of recent research into Citizens' political talk culture. **Swiss Political Science Review**, v.19, n.4, 2013, p.513-538.

VITAL, C.; LOPES, P. V. L. **Religião e política**: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, Instituto de Estudos da Religião, 2013.

WITSCHGE, T. Examining online public discourse in context: a mixed method approach, **Javnost the public**, v.15, n.2, 2008, pp.75-92.

_____. From confrontation to understanding: in/exclusion of alternative voices in online discussion. **Global Media Journal**, v.1, n.1, 2011, p.1-22.